

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, Senhor Presidente e Membros do governo regional

Volto hoje a temas recorrentes mas nem por isso menos actuais, que continuam a constituir preocupação e a serem merecedores da nossa atenção.

Quem estiver atento ao sector agrícola regional, designadamente na ilha de São Miguel, facilmente se apercebe do desânimo instalado no seio de um grande número de produtores de leite, traduzido por um número significativo de vendas de pequenas explorações e pela vontade expressa por muitos de abandonar a actividade.

A quebra acentuada dos rendimentos das explorações agrícolas nos últimos anos, mais sentida pelas explorações de pequena e média dimensão, as dificuldades que se desenham para o futuro próximo, onde sobressaem anunciadas baixas no preço do leite à produção e subidas de diversos factores de produção, a situação de crise crónica e sem solução à vista no sector da carne, a dificuldade ou mesmo a impossibilidade de redimensionamento de muitas explorações que precisavam crescer para manter a sua rendibilidade, são as principais causas do desânimo que se manifesta.

Há uma consciência generalizada da diminuição dos rendimentos dos produtores.

E se em muitos casos a diminuição dos rendimentos das explorações resulta da evolução e do comportamento dos mercados, naturalmente fora do nosso controlo, noutros resulta exclusivamente das decisões de quem nos governa.

Vejamos um exemplo paradigmático: - em 2002, o Governo Regional decidiu suspender a ajuda que vinha concedendo ao transporte marítimo de adubos do Continente para os Açores.

Invocando, entre outras, razões ambientais, pôs fim a uma ajuda que constituía um contributo eficaz para atenuar os sobrecustos do afastamento da Região e que criava condições de igualdade, relativamente ao continente e entre todas as ilhas do arquipélago, no acesso a um factor de produção tão importante para a pecuária como são os adubos.

O Governo decidiu por iniciativa própria e não, tanto quanto se sabe, por qualquer tipo de pressão.

Mais tarde, com a publicação da Portaria 7/2003, de 20 de Fevereiro, o Governo tentou corrigir os efeitos nefastos de uma tal medida, mas a ajuda atribuída por este diploma ficou muito aquém daquilo que se tinha e daquilo que se esperava.

Analisemos os factos um pouco mais detalhadamente:

- A adubação média normalmente praticada em pastagens de boa qualidade na ilha de São Miguel comporta a utilização por ano e por alqueire de quatro sacos de adubo (dois sacos de um adubo azotado na Primavera, um saco de um adubo fosfatado no Outono e um saco de um adubo composto no fim do Inverno), o que corresponde, *grosso modo*, a vinte e oito sacos de adubo por hectare;

- A suspensão da ajuda ao transporte de adubos veio onerar cada saco de adubo, na ilha de São Miguel, em 2,0 € em média, valor que foi obviamente repercutido no preço de venda ao público. Ou seja, a adubação média por hectare de pastagem nesta ilha passou a custar ao agricultor mais 56 €, (o que equivale a 11.227\$00).

- Por outro lado, o novo sistema de ajudas, instituído pela referida Portaria 7/2003, prevê para pastagens permanentes, nas ilhas de São Miguel e Terceira, em explorações de média dimensão – 15 a 50 ha, com encabeçamentos de 0,6 a 2,0 CN – uma ajuda de 10,4 € por hectare.

Desconhecemos o número de produtores que se candidataram a este novo sistema de ajudas, mas tudo leva a crer que tenha sido diminuto – de facto as muitas exigências burocráticas, em deslocações e em tempo são demasiadas para um tão pequeno montante. Porém, mesmo admitindo que todas os produtores tivessem recebido a nova ajuda, o agravamento dos

custos da fertilização, por hectare, manter-se-ia ainda em 45,6 € (equivalentes a 9.142\$00).

Ou seja, se considerarmos uma produção de leite por hectare de 9.900 litros (considerando um encabeçamento médio de 1,8 vacas, com produções médias de 5.500 litros por vaca), poderá dizer-se que o aumento do preço dos adubos, que, repito, resultou em exclusivo de uma decisão do Governo Regional, encareceu o custo de produção do leite em \$92 por litro. Ou, dito por outras palavras, - o Governo Regional baixou o preço do leite à produção \$92 por litro.

E o preço do leite não subiu!

No sector da produção intencional de carne o Governo Regional abdicou do complemento ao prémio especial à engorda de bovinos machos que era dado pelo POSEIMA, no montante de 48,3 € (9.660\$00) por animal, e que tinha por objectivo reduzir os sobrecustos da produção regional. Foi, não posso deixar de repeti-lo aqui, um erro político grave deste Governo Regional.

Na realidade, tendo em consideração o número médio de bovinos que receberam o prémio nos últimos anos (25.000 animais), avalia-se em 1.205.500 € (correspondentes a aproximadamente 242.000 contos) o montante que deixou de entrar no circuito económico da carne, anualmente. Sabendo-se que grande parte dos novilhos elegíveis para este prémio são criados nas pequenas explorações leiteiras, o desaparecimento deste complemento, consentido pelo Governo Regional, veio acentuar ainda mais os efeitos da quebra dos preços que tem vindo a ocorrer no mercado da carne.

Outro factores de produção importantes, paulatinamente, têm subido. É o caso a alimentação concentrada para as vacas leiteiras, que viram também o seu preço agravado. Comparativamente aos preços de Maio de 2000, as rações custam presentemente, em média, mais 1,5 cêntimos por Kg (equivalente a 3\$00/Kg). Aceita-se em São Miguel um consumo médio de concentrado entre 250 e 300g de concentrado por litro de leite. O custo de produção subiu assim cerca de \$75/l.

E o preço do leite não subiu!

Mais recentemente, alguma indústria de lacticínios em São Miguel, com critérios meramente economicistas, na mira do embaratecimento da recolha, enveredou por uma política de encerramento de postos de recepção de leite. Está no seu pleno direito. Relembremos, contudo, que se trata de postos novos, bem apetrechados, equipados com frio e com boa capacidade de armazenagem, cuja construção obedeceu a projectos fundamentados de racionalização da recolha do leite e foi objecto de avultada comparticipação de capitais públicos regionais e comunitários, transformados agora em desperdício.

Passam pois a ser maiores as distâncias a percorrer pelos produtores abrangidos nessas áreas de recolha, com o correspondente encarecimento da entrega do leite, em combustíveis, demoras e desgaste de equipamentos, o que, naturalmente se reflecte negativamente na qualidade do leite e na economia dessas explorações. E aqui, mais uma vez, são as pequenas explorações as mais sacrificadas. O embaratecimento da recolha para a indústria passou a constituir assim mais um ónus para os produtores.

E o preço do leite não subiu!

Estas considerações que vos faço referem situações que poderão parecer de somenos importância e que, na sua génese, talvez nada tenham a ver umas com as outras. É certo! Contudo, o seu somatório é responsável pela deterioração acentuada da rentabilidade das explorações e o conseqüente empobrecimento da qualidade de vida dos produtores.

E se as conseqüências a nível do produtor individual são preocupantes, as que começam a evidenciar-se na economia do sector também não são tranquilizadoras. Para além da já referida tendência para o abandono da actividade, evidenciada por um grande número de pequenos produtores, com natural impacto social negativo no meio rural, a entrega de leite nas fábricas tem vindo a baixar de forma bastante sensível.

De acordo com os dados do INGA, relativos ao primeiro semestre da presente campanha, as entregas de leite nos Açores apresentam um decréscimo de 5,89 % relativamente ao período homólogo de 2002/2003. A manter-se esta tendência, estima-se uma diminuição das entregas nesta campanha da ordem dos 30.000.000 de litros de leite. Isto significa uma redução de aproximadamente um milhão e quatrocentos mil contos no

produto global da venda de leite pela produção açoriana; ou seja, uma diminuição marcada da riqueza gerada pela actividade agrícola dos Açores.

A indústria de lacticínios, com maior evidência em São Miguel e na Terceira, tem feito repetidos apelos à produção por mais leite. Não creio que encontrem eco se não houver qualquer sinal de alteração positiva no preço do produto.

Neste momento é difícil prever o futuro, porém:

- Sabemos, e esta é uma certeza, que o preço do leite à produção em São Miguel se mantém nos níveis actuais de forma artificial. Isto graças a um acordo entre a indústria e o Governo Regional, do qual não se conhecem nem o espírito nem a letra. Quanto, em que condições, por quanto tempo, são perguntas que até ao presente não tiveram resposta.

- Sabemos que a reforma da PAC determinou o abaixamento dos preços de sustentação do mercado no sector de leite a partir de 2005 bem como o desaparecimento do preço indicativo, que funcionava como valor de referência. O preço de intervenção da manteiga baixará 25% e o do leite em pó 15%.

- Sabemos também que a indústria micalense teve sempre nos preços de intervenção as balizas orientadoras para a fixação do preço à produção. Daqui se conclui que a tendência natural no comportamento do preço do leite à produção não será com certeza para subir.

Resta agora saber se o novo pagamento directo no sector do leite, instituído no âmbito da nova PAC, a entrar em vigor já em 2004, e o pagamento complementar, serão suficientes para compensar esta tendência.

É do conhecimento público o valor do pagamento directo – 8.15 €/t em 2004, 16.31 €/t em 2005 e 24.49 €/t para 2006 e 2007. Já no que respeita ao pagamento complementar sabe-se apenas que Portugal tem direito a um montante global de 6,85 milhões de euros em 2004, 13,74 milhões em 2005 e 20,62 milhões em 2006 e 2007. Desconhece-se como será calculada a parte do bolo que nos toca e com que critérios será feita a sua repartição.

De qualquer modo, pagamento directo aos produtores e pagamento complementar são atribuídos em função da quota existente na exploração em 31 de Março do ano a que diz respeito e não pelo volume de leite comercializado o que, para muitas explorações que produzem acima da quota, poderá constituir um constrangimento importante. As 73.000 t do auto consumo, ou a franquia das 23.000 t a partir de 2005, não contam para este efeito.

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo regional

Apesar do anúncio de exagerados milhões investidos, que, em boa verdade, temos muita dificuldade em encontrar, e da permanente propaganda das maravilhas operadas por este governo, o sector leiteiro desta Região Autónoma enfrenta, como vimos, um conjunto de situações difíceis que não auguram um futuro nem próspero nem tranquilo.

E elas não são apenas em São Miguel! Veja-se como exemplo o bem recente alerta sobre a necessidade de mais leite no Pico, como única forma de rendibilizar a nova fábrica de lacticínios; veja-se como exemplo as notícias recentemente vindas a público sobre o tão propalado e afinal não concedido aval às cooperativas de São Jorge, pondo em causa, ao que parece, não apenas a sua saúde financeira, mas também as possibilidades de reestruturação e de participação em projectos mais amplos.

Vivemos um período de profundas alterações. Outras actividades económicas começam a surgir e a impor-se.

No entanto, é indispensável não perder de vista o impacto que a agricultura em geral, e muito particularmente a produção de leite, têm na economia regional; o seu papel como factor de equilíbrio no meio rural, na fixação das populações e na sua qualidade de vida, na preservação da qualidade da paisagem e do ambiente.

A política agrícola que este Governo Regional diz prosseguir provou não ser capaz de ultrapassar os constrangimentos que se põem à agricultura dos Açores não foi inovadora nem promoveu a mudança necessária..

É urgente saber-se com o que podemos contar; saber-se para onde caminhamos.

É tempo de mudar.

Disse

Horta, 11 de Fevereiro de 2004
Luís Henrique Sequeira de Medeiros